



**NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES
ESPECÍFICAS - NAPNEE
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE**

**DIRETRIZES PEDAGÓGICAS ESPECÍFICAS PARA O ATENDIMENTO DAS
SINGULARIDADES DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO
ESPECIAL DO COLUN/UFMA EM TEMPOS DE ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS**

São Luís – MA
2020



NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES
ESPECÍFICAS - NAPNEE

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

**DIRETRIZES PEDAGÓGICAS ESPECÍFICAS PARA O ATENDIMENTO DAS
SINGULARIDADES DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO
ESPECIAL DO COLUN/UFMA EM TEMPOS DE ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS**

Documento elaborado pela equipe do NAPNEE/AEE do COLUN/UFMA, composto pelos seguintes profissionais: Prof^o Dr. Paulo Roberto de Jesus Silva; Prof^a Esp. Ana Zilda dos Santos Cabral Figuerêdo; Prof^a Esp. Maria de Jesus Avelar Silva; Prof^a Dra. Alessandra Belfort Barros; Transcritor Braille Esp. Mayk da Silva Machado.



SUMÁRIO

<u>1 INTRODUÇÃO</u>	3
<u>2 DIRETRIZES GERAIS AO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO COLUN/UFMA</u>	5
<u>3 DIRETRIZES ESPECÍFICAS AO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO COLUN/UFMA</u>	6
<u>3.1 ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL ATENDIDO NO COLUN</u>	7
<u>3.2 ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA ATENDIDO NO COLUN</u>	8
<u>3.3 ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL ATENDIDO NO COLUN</u>	8
<u>3.4 ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA ATENDIDOS NO COLUN</u>	9
<u>3.5 ESTUDANTES COM INDICATIVOS DE ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO ATENDIDOS NO COLUN</u>	11
<u>4 CONCLUSÃO</u>	11
<u>REFERÊNCIAS</u>	12



1- INTRODUÇÃO

No atual contexto de pandemia causado pela COVID-19, observamos que o histórico processo de exclusão tem se acentuado em todas as áreas. Na Educação, a população mais vulnerável economicamente é a que mais tem sofrido os impactos desse novo momento, que se revela a face mais cruel das desigualdades sociais do país.

Tal segmento social encontra-se, em sua maioria, nas escolas públicas brasileiras, as quais, por sua vez, também já estavam imersas em históricas lutas por condições objetivas, como a oferta de uma educação com qualidade técnica e social para todos e todas. Nesse contexto, a escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial¹ (PAEE) se reveste de complexidade e desafios, pois estes se constituem em um dos segmentos escolares mais excluídos e marginalizados das políticas públicas e mesmo das práticas pedagógicas (BIANCHETTI, 1998; SASSAKI, 2010; JANNUZZI, 2006; BRASIL, 2008; LANCILLOTTI, 2003; SILVA, 2018).

Cientes do momento histórico ímpar e da complexidade desses desafios, a equipe da Educação Especial do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Maranhão - COLUN/UFMA, buscando mitigar os impactos do cenário supramencionado, elaborou algumas **Diretrizes** pedagógicas específicas direcionadas aos professores e professoras do ensino comum do Colégio Universitário, cujo objetivo é contribuir para o planejamento das atividades voltadas a esse segmento e para a elaboração/realização de adequações curriculares, quando necessárias, considerando o atendimento das singularidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial do Colégio.

Em tempo de perdas, mudanças e incertezas, contraditoriamente compreendemos que é possível que esse momento seja constituído por oportunidades de aprendizagem colaborativa entre os profissionais da educação e destes com seus alunos e pais.

¹ Composto por estudantes com deficiência; transtornos do espectro do autismo e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2008).



Ressaltamos que as indicações contidas neste documento não se constituem em “fórmulas mágicas” ou “receitas prontas”, uma vez que todos somos diferentes e que uma pessoa não pode ser estereotipada por sua deficiência. Contudo, acreditamos que as recomendações aqui dispostas podem inspirar a criação de oportunidades de aprendizagens para os estudantes público-alvo da educação especial – PAEE, em consonância com o novo Projeto Pedagógico Transdisciplinar denominado “FORMAÇÃO HUMANA EM TEMPOS DE PANDEMIA: “A HUMANIDADE SOMOS NÓS”, produzido no Colégio (COLUN, 2020) e a ser desenvolvido neste novo momento.

Portanto, é indispensável que cada professor e professora considere as singularidades dos estudantes PAEE atendidos no Colégio, observando, a partir de seus planejamentos e pelo desenvolvimento das atividades curriculares para que esse percurso formativo seja satisfatório para ambos – docentes e educandos.

Tais especificidades podem ser obtidas a partir do quadro distribuído aos docentes, com informações sobre os estudantes PAEE matriculados no Colégio e atendidos pelo NAPNEE, e, principalmente pela observação que deverá ser realizada com cada estudante PAEE no decorrer das ações do processo de ensino e aprendizagem durante o período letivo.

Nesse caminhar, lembramos que os referidos docentes do ensino comum contam com a colaboração e subsídios dos (as) docentes e técnico especializados do NAPNEE/AEE do Colégio para que a inclusão não se restrinja ao ingresso, mas corresponda também à “permanência do estudante na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2014, p. 201).

As Diretrizes foram organizadas em gerais e específicas: as primeiras visam atender, em linhas gerais, a todas as categorias dos estudantes PAEE atendidos pelo NAPNEE/AEE do Colégio Universitário – COLUN/UFMA; e as específicas tratam de sinalizações para deficiências ou altas habilidades de forma direcionada. Para a construção das proposições, tomamos como referência os conhecimentos científicos anteriores à pandemia,



indicações já dispostas para os alunos do COLUN/UFMA e reflexões criativas sobre possibilidades no contexto não presencial.

Alertamos que as sugestões de adequações que apresentamos precisam ser refletidas e analisadas por cada docente ou áreas no contexto real de sua implementação, visando aperfeiçoá-las ou mesmo suprimi-las.

2 DIRETRIZES GERAIS PARA O ATENDIMENTO DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO COLUN/UFMA

Como informado na introdução deste documento, as sugestões dispostas se aplicam a todos os estudantes público-alvo da Educação Especial – PAEE, matriculados no COLUN/UFMA, de modo a eliminar o máximo de barreiras ligadas à sua aprendizagem (EDLER, 2010). Contudo, essas sugestões não se constituem em respostas padronizadas e únicas devendo dialogar com os contextos mais específicos de cada área do conhecimento, entre outras questões.

- a) Os conteúdos/temáticas centrais em destaque em cada aula mostram-se claros;
- b) Para o alcance de um mesmo objetivo podem ser criadas, preferencialmente, atividades diversificadas, de modo a possibilitar que os estudantes escolham quais lhes sejam mais interessantes e viáveis, considerando as condições ambientais e tecnológicas, bem como suas singularidades;
- c) Para o envio das respostas às atividades propostas pelos docentes, cabe assegurar aos estudantes PAEE a escolha do formato em que será viável a devolutiva aos docentes, podendo ser utilizados os seguintes: escritos, vídeos, desenhos, áudios, dentre outros. Devem ser consideradas as necessidades educacionais específicas;
- d) “Tarefas cotidianas, como as compras de mercado, o pagamento de contas, a limpeza da casa, podem ser utilizadas no contexto da aprendizagem, criando



situações problema que estimulem a interação dos estudantes com seus pais” (INSTITUTO RODRIGO MENDES, 2020, p. 31);

e) Recomendamos a audiodescrição de imagens e leituras dos textos disponibilizados nas videoaulas ou aulas *online*, considerando as necessidades educacionais específicas dos estudantes com deficiência visual (cegueira ou baixa visão), bem como o reconhecimento de que a maioria dos estudantes, com ou sem deficiência, deve utilizar dispositivos eletrônicos com telas pequenas para o acesso às aulas e às demais atividades escolares;

f) É importante a promoção de trabalhos/atividades em equipe e que invistam na participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial, favorecendo assim o processo de colaboração mútua;

g) Esse processo de colaboração requer intencionalidade e intervenção pedagógica dos professores (as);

h) Nas interações com os estudantes (síncronas e assíncronas) é importante utilizar uma linguagem acessível considerando às singularidades de cada estudante público-alvo da Educação Especial atendido-no Colégio

i) As adequações pedagógicas constituem responsabilidades compartilhadas entre os(as) docentes do ensino comum e os profissionais do NAPNEE/AEE;

j) A produção de recursos acessíveis, quando necessários, se constitui em ação compartilhada entre os(as) docentes do ensino comum e os profissionais do NAPNEE/AEE;

3 DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O ATENDIMENTO DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO COLUN/UFMA

As diretrizes dispostas nesta seção voltam-se às especificidades dos(as) estudantes com deficiências (física; intelectual e visual²) ou transtorno do espectro do autismo ou altas habilidades. Novamente, endossamos o caráter de orientação das indicações.

² O COLUN/UFMA no momento não possui alunos com surdez ou deficiência auditiva comprovadamente.



Segundo o Art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Lei nº 13.146/2015, considera-se pessoa com deficiência:

aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, não paginado).

3.1 ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL ATENDIDOS NO COLUN

A deficiência intelectual, segundo a Associação Americana de Deficiência Mental, implica o funcionamento intelectual, significativamente abaixo da média, com início antes dos 18 anos, e associado às limitações no comportamento adaptativo, como: comunicação, cuidados pessoais, competências domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho (FIOCRUZ, [2005?]).

As recomendações para atender às singularidades desse segmento, inicialmente, são as seguintes:

- a) Necessita de estímulos visuais para apreensão dos conteúdos;
- b) Algumas atividades necessitarão de adequações para que o(a) aluno(a) apreenda os conceitos ensinados, especialmente aqueles que requerem maior nível de abstração nas diversas áreas do conhecimento;
- c) Seguem algumas orientações para as adequações:
 - ✓ Durante as aulas remotas, manter, sempre que possível, a atenção no (a) aluno (a) com intervenções orais, cuidando para não gerar situações constrangedoras e/ou discriminatórias;
 - ✓ Realizar intervenções para que o(a) aluno(a) possa se expressar e apreender o conteúdo estudado;
 - ✓ Para apreensão do conteúdo estudado, o docente pode utilizar de estratégias diversificadas, tais como o uso de mapas mentais, quadro sínteses, entre outros.



- ✓ Necessidade de um tempo adicional para completar as atividades propostas;
- ✓ Sempre que possível, as áreas devem se organizar para que o (a) aluno (a) entregue os trabalhos um de cada vez;
- ✓ Evitar perguntas com enunciados muito longos.

d) Realizar observações sistemáticas do (a) aluno (a) para compreender melhor suas preferências, potencialidades e limitações;

e) Sempre que possível, os estudantes devem ter acesso às aulas com a colaboração de colegas de turma e o apoio do (a) professor (a) do AEE.

f) “É importante que o educador interlocutor tenha em mente as diferenças e especificidades das crianças com deficiência e tente contemplá-las no seu modo de ensinar, ou que sejam desenvolvidas maneiras criativas de se estabelecer essa comunicação.” (INSTITUTO RODRIGO MENDES, 2020, p. 22).

3.2 ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA ATENDIDOS NO COLUN

A deficiência física é caracterizada por uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física. Apresenta-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e aquelas que não produzam dificuldades ao desempenho de funções.

Seguem algumas recomendações para atender às singularidades desse segmento:

- a) O (a) estudante precisa ter tempo assegurado para expressar sua fala que poderá ser diferenciado dos colegas sem deficiência;
- b) Verificar quais os melhores formatos para a entrega das atividades (escrito, áudio, vídeo, entre outros);



- c) Caso a comunicação com o estudante esteja muito limitada, o (a) docente do AEE deverá ser comunicado para estudar com a família as possibilidades de melhoria na comunicação;
- d) Considerar o tempo estendido, quando preciso, para que o aluno consiga realizar determinadas tarefas durante as aulas síncronas e assíncronas;
- e) É importante e necessário que os professores e as professoras tenham como princípios a flexibilidade e a busca por adaptações que favoreçam o melhor desempenho do aluno.

3.3 ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL ATENDIDO NO COLUN

Considera-se deficiência visual a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica, com limitações na acuidade visual e/ou campo visual persistindo mesmo com o auxílio de óculos. O aluno com deficiência visual precisa de recursos e materiais específicos para ter acesso ao conhecimento.

Na maioria das vezes, esse aluno não possui nenhum comprometimento intelectual ou cognitivo, tendo as mesmas potencialidades de aprendizagem que os demais alunos videntes, desde que lhe sejam supridas as necessidades de recursos e metodologias especializadas.

- a) Os textos não podem ser digitalizados em formatos de imagem por não serem acessíveis aos leitores de tela;
- b) Realizar audiodescrição sempre que necessário;
- c) Favorecer a redução de ruídos provocadas pelas atividades remotas, tais como microfones ligados sem uso da fala.
- d) Identificar e sugerir recursos de acessibilidade ao uso do computador, tablet, smartphone ou outros, em articulação com os (as) docentes do AEE e as famílias;
- e) Favorecer o acesso aos recursos didáticos em formato acessível;



f) Aprendizagens que exijam, obrigatoriamente, manuseio de materiais didáticos o mesmo será produzido em articulação com o NAPNEE e entregue na escola em data previamente agendada.

g) No caso de aluno não possui acesso à computadores e internet as atividades devem elaboradas em formato acessível com a adaptação de materiais impressos (ampliações ou em braille). Nesse caso, deve-se comunicar com o (a) docente responsável do AEE para que sejam tomadas as devidas providas providências.

3.4 ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Segundo a Lei nº 12.764/2012, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista a que possui síndrome clínica caracterizada nas seguintes formas:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, 2012, não paginado).

Para todos os efeitos legais, a pessoa com esse transtorno é considerada pessoa com deficiência.

Seguem algumas indicações do trabalho pedagógico com esse público.

- a) Os temas de maior interesse do aluno podem constituir elementos de composição das aulas e demais atividades pedagógicas;
- b) Manter, preferencialmente, linguagem clara e objetiva, evitando metáforas;
- c) Se precisar usar linguagem figurada, traduza!



- d) Trabalhar transversalmente o respeito às diferenças com toda a turma;
- e) Observar as questões de sensibilidade ao ruído provocadas pelas atividades remotas, tais como microfones ligados sem uso da fala;
- f) Compreender o tempo de resposta do aluno às perguntas, percebendo se o mesmo precisa, ou não, de tempo adicional;
- g) Respeitar os momentos de silêncio do aluno;
- h) Realizar a observação sistemática do aluno para compreender melhor suas singularidades, visando ao aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem;
- i) Favorecer atividades que estimulem e encorajem o desenvolvimento progressivo durante o processo de ensino e aprendizagem;
- j) Apresentar regras e orientações de forma clara sobre a participação nas aulas síncronas;
- f) Elaborar roteiros que mostrem, preferencialmente, o passo a passo para que o estudante alcance os objetivos propostos na área;
- g) Favorecer a aceitação e a interação do estudante com os seus colegas, bem como assegurar que o mesmo tenha uma participação efetiva e produtiva;
- h) “Os estudantes com TEA, geralmente, respondem bem a uma abordagem vivencial da aprendizagem, a estímulos visuais: esquemas, mapas, listas, figuras” (ESPÍRITO SANTO, 2020, p. 08).
- i) É salutar que a sala de aula virtual não exceda em sons e ruídos desnecessários;
- j) “Desta forma, para ensinar deve-se respeitar a história, características particulares e os pontos fortes e/ou barreiras encontradas pelos estudantes com TEA” (ESPÍRITO SANTO, 2020, p. 09).



3.5 ESTUDANTES COM INDICATIVOS DE ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO ATENDIDOS NO COLUN

De acordo com a Política Nacional da Educação Especial (2008), os alunos com altas habilidades/superdotação apresentam notável desempenho e elevada potencialidade nas seguintes áreas: capacidade intelectual; acadêmica específica; liderança; psicomotricidade e artes. Apresenta ainda grande criatividade e envolvimento na aprendizagem com a realização de tarefas em áreas de seu interesse. Essas áreas podem ser isoladas ou combinadas.

Tal desempenho não implica que esses alunos e alunas não precisem da mediação dos professores ou que saibam tudo sobre um ou mais aspectos. Os mesmos precisam de atenção e intervenções pedagógicas para que possam alcançar o seu melhor potencial.

Para isso, apontamos sinalizações pedagógicas para este momento de ensino não presencial.

- a) Disponibilizar conteúdos suplementares sobre as temáticas ministradas (tais como: livros, vídeos, jogos digitais, entre outros) aos estudantes que manifestarem um maior interesse ou apreensão dos conteúdos de seu interesse, por meio de *links* para acesso no ambiente virtual;
- b) Despertar a curiosidade científica em relação às temáticas evidenciadas no Projeto Pedagógico proposto pelo Colégio;
- c) Na proposição das atividades, o (a) docente precisa considerar “tanto aspectos intelectuais e acadêmicos quanto o desenvolvimento de habilidades sociais” dos(as) estudantes. (INSTITUTO RODRIGO MENDES, 2020, p. 22).

4 CONCLUSÃO

Como apontamos inicialmente, nosso objetivo com essas diretrizes consistiu em contribuir para a elaboração/realização de adequações curriculares voltadas aos estudantes público-alvo da Educação Especial no Colégio. Em momento nenhum se tentou esgotar a questão em direção



diferente, pois entendemos que a vivacidade e dinamicidade do processo de ensino e aprendizagem, em sinergia com este documento, podem suscitar nosso lado mais criativo, com fundamento científico que emerge da prática social concreta.

Além das sinalizações elencadas, destacamos que existem várias formas de aprender. Portanto, pressupomos que é necessário ensinar de diversas maneiras. Lembramos, também, sobre a definição de avaliação processual e formativa defendida em nosso Colégio. Neste novo momento, que esperamos que seja provisório, a observação e a organização de ações que viabilizem o processo de ensino e aprendizagem são fundamentais para que todos e todas, indistintamente, exerçam o que lhes é peculiar: o direito à educação.

Neste tempo em que os participantes da escola conectam seu espaço familiar ao escolar, é salutar manter atenção à proteção dos dados e à privacidade de estudantes e suas famílias. Por isso, as questões psicossociais devem ser observadas com muito cuidado, tendo em vista as incalculáveis perdas, afastamento social, entre outras características da atualidade.

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. *In*: BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Maria (orgs.). **Um olhar sobre a diferença** – Interação, trabalho, cidadania. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. **Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação/SECADI, 2015. 200 p.

ESPÍRITO SANTO. **Orientação aos professores especializados da educação especial e equipe técnica pedagógica** - atividades pedagógicas não presenciais. Vitória, ES: Secretaria da Educação, 2020. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/EscoLAR/ORIENTAÇÃO%20AOS%20PROF>



ESSORES%20ESPECIALIZADOS%20DA%20EDUCAÇÃO%20ESPECIAL%20E%20EQUIPE%20TÉCNICA%20PEDAGÓGICA.pdf Acesso em: 11 ago. 2020.

FIOCRUZ. **Deficiência mental** [2005?]. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/deficiencia-mental.htm> Acesso em: 20 ago. 2020.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. **Protocolos sobre Educação Inclusiva durante a pandemia da COVID-19**: um sobrevoo por 23 países e organismos internacionais. [São Paulo, SP]: Instituto Rodrigo Mendes, 2020. Disponível em: <https://institutorodrigomendes.org.br/wp-content/uploads/2020/07/protocolos-educao-inclusiva-durante-pandemia.pdf> Acesso em: 30 jul. 2020.

JANNUZZI, Gilberta de M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

LANCILLOTTI, Samira S. P. **Deficiência e trabalho**. Maringá, PR: Autores Associados, 2003. (Coleção Polêmicas de Nosso Tempo)

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de. Currículo, Avaliação e Deficiência Intelectual em Busca de Referenciais. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana. **Inclusão escolar e o atendimento educacional**. São Carlos, SP: Marquezine e Manzini; ABPEE, 2014.

SASSAKI, Romeu. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: WVA, 2010.

SILVA, Paulo R. J. **Inclusão de estudantes de estudantes com deficiência visual nos jogos de linguagem envolvendo a Matemática**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática. Curitiba: UFMT/UFPA/UEA, 2018.